Governo do Estado de São Paulo
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
Coordenadoria de Escritório de Governança

ATA

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35

NIRE: 3530001003-5

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 009-2026

DATA/HORA E LOCAL: Aos 18 dias do mês de agosto de 2026, às 9h, foi realizada a reunião do Conselho Fiscal da Prodesp, em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS: Sra. Luzia Valéria Sarno, Presidente do Conselho, Sr. Roberto Cesar de Oliveira Viegas; Sr. Bruno Santos Abreu Caligaris; Sr. Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda e Sr. Luciano Garcia Miguel.

CONVIDADOS: Foram convidados para participar de pontos específicos da pauta: Sr. Roberto Camargo e Sra. Layla Moreira (BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda.); Sr. Gileno Gurjão Barreto, Diretor-Presidente; Sr. Camilo Cogo Cavalcanti, Diretor Administrativo e Financeiro; Sr. Carlos Henrique Netto Vaz, Diretor de Serviços ao Cidadão; Sr. Ricardo Cezar de Moura Jucá, Diretor de Operações; Sr. Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria; Sr. Fabio Moreth Mariano, Gerente de Negócios, Acordos e Contatos Estratégicos; Sr. César Augusto Giavarotti Barbosa, Superintendente de Serviços ao Cidadão; Sra. Renata Avigro Rosa, Gerente de Auditoria; e Srta. Aymee Di Monaco, Gerente de Governança.

APOIO: Sra. Sandra Marinalva da Silva Soares, Assessora do Escritório de Governança, designada para secretaria a reunião.

1. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 008/2026

A Assessora do Escritório de Governança informou que a Ata da Reunião Ordinária nº 008/2026, realizada em 21 de julho de 2026, foi previamente disponibilizada aos membros do Conselho Fiscal, para consulta e apreciação, por meio do Portal Atlas Governance. Submetida à deliberação do Colegiado, a referida Ata foi aprovada sem ressalvas pelos membros do Conselho Fiscal.

Relatório da Auditoria Externa

A Sra. Layla Moreira e o Sr. Roberto Camargo, representantes da **BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda**., apresentaram-se separadamente aos membros do Conselho Fiscal os principais aspectos decorrentes da **revisão das informações contábeis intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2026,** destacando que o período apresentou prejuízo de aproximadamente **sigilo estratégico** comparativamente ao lucro registrado no mesmo trimestre do exercício anterior, e que, no acumulado do primeiro semestre, a Companhia permaneceu com resultado positivo de aproximadamente **sigilo estratégico** Informaram, ainda, crescimento da receita operacional líquida e elevação relevante dos custos relacionados à atualização e subscrição de softwares, bem como redução dos investimentos em ativos intangíveis em comparação ao período anterior. Durante a apresentação, o Conselheiro Bruno Caligaris questionou inicialmente se os valores apresentados no quadro de investimentos correspondiam ao imobilizado e ao intangível e, posteriormente, solicitou esclarecimentos sobre a aparente divergência entre o crescimento dos custos de atualização de software e os investimentos realizados pela Companhia. Questionou, especificamente, se a atualização de software deveria ser registrada como

investimento ou como custo. A representante da BDO esclareceu que se tratavam de conceitos distintos: a aquisição do software é inicialmente registrada no ativo, enquanto os efeitos posteriores, conforme a natureza da operação, repercutem no resultado por meio dos respectivos custos e amortizações. O Sr. Roberto, da BDO, complementou que o ativo adquirido é registrado no balanço patrimonial e posteriormente amortizado ou depreciado, produzindo reflexos no resultado da Companhia. Ainda sobre o tema, o Conselheiro Bruno solicitou exemplo que permitisse compreender por que um software adquirido pela Prodesp para atendimento de determinado cliente geraria custo para a Companhia. Foi esclarecido que, embora a aquisição esteja vinculada ao atendimento ao cliente, a Prodesp registra inicialmente o ativo e reconhece posteriormente os respectivos efeitos contábeis, enquanto a receita correspondente é apropriada pela cobrança ao cliente. A Presidente do Conselho Luzia Sarno, sintetizou o entendimento questionando se, portanto, haveria inicialmente a aplicação de capital na aquisição e, posteriormente, o reconhecimento do custo correspondente à amortização, o que foi confirmado pelos representantes da Auditoria Externa. Na sequência, o Conselheiro Luciano Miguel solicitou esclarecimentos sobre a comparação entre o lucro bruto dos períodos apresentados e sobre a forma de leitura dos valores trimestrais e acumulados. A BDO explicou que a demonstração apresentava simultaneamente os resultados dos três meses correspondentes ao trimestre e os valores acumulados dos seis meses, razão pela qual as comparações deveriam observar bases temporais equivalentes. O Conselheiro Luciano Miguel retomou, então, a dúvida conceitual sobre a aquisição de softwares destinados aos clientes e indagou por que tal aquisição impactava os custos da Prodesp. O Sr. Roberto esclareceu que a Companhia adquire o software, registra o ativo em seu balanço e reconhece posteriormente a amortização correspondente, enquanto a receita decorre da cobrança ao cliente, tratando-se, portanto, de movimentos contábeis relacionados. O Conselheiro declarou ter compreendido o esclarecimento. A Presidente do Conselho Luzia Sarno ponderou que, paralelamente aos softwares adquiridos para clientes, a Companhia também realiza investimentos próprios em sistemas, datacenter, segurança e outras infraestruturas destinadas posteriormente à prestação de serviços, havendo, nesses casos, custos diretamente assumidos pela Prodesp. A Auditoria confirmou que esses investimentos também produzem impactos ao longo da execução dos contratos. Os representantes da BDO informaram, na sequência, que o **relatório de revisão seria emitido sem ressalvas,** permanecendo apenas a ênfase relacionada às transações com partes relacionadas. Foi apresentado, ainda, o ajuste relativo ao denominado WIP - Work in Progress, correspondente aos serviços já realizados e ainda não faturados. O Conselheiro Bruno questionou a natureza do WIP e a razão pela qual o valor apresentado deveria ser objeto de ajuste. A Auditoria Externa explicou que a Prodesp executa determinados serviços cujo faturamento somente ocorre após a conclusão de etapas e aceite do cliente; entretanto, contabilmente, quando presentes as condições para reconhecimento da receita, esta deve ser apropriada no período em que o serviço foi realizado, ainda que a emissão da nota fiscal ocorra posteriormente. Esclareceu-se que, no exercício de 2026, a Companhia optou por efetuar determinados ajustes somente ao final do exercício, razão pela qual a Auditoria recalcula trimestralmente o montante que considera adequado e apresenta a diferença como ajuste de revisão. O Conselheiro Roberto Viegas **solicitou** que, para as próximas reuniões, a “apresentação elaborada pela Auditoria Externa e compartilhada durante a reunião seja encaminhada previamente aos membros do Conselho”, de modo a possibilitar sua análise antecipada, ressaltando que diversos assuntos técnicos são apresentados durante a reunião sem que os Conselheiros tenham tido a oportunidade de analisá-los antecipadamente. A Assessoria informou que solicitaria à BDO o encaminhamento do respectivo material.

2. Revisar as Demonstrações Financeiras (DFs), referentes ao 2º trimestre/2026

- Resultados acumulados - até julho/2026; Contas a Receber; e o Fluxo de Caixa - (atendimento aos itens 4.1, 4.2, 4.3 do planejamento anual do CF)

O Sr. Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria, acompanhado do Sr. Camilo Cogo Cavalcanti, Diretor Administrativo e Financeiro, apresentou aos membros do Conselho Fiscal as **Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2026** , contemplando os resultados do trimestre e do semestre acumulado. Informou que o relatório da Auditoria Externa foi emitido sem ressalvas, permanecendo apenas a ênfase relacionada às transações com partes relacionadas. Destacou o crescimento significativo da receita em comparação ao mesmo período de 2025, embora com redução da margem em decorrência da elevação de determinados custos, e registrou lucro líquido acumulado de aproximadamente sigilo estratégico sigilo estratégico ao final do semestre, resultado influenciado, em parte, pelo reconhecimento, no primeiro trimestre, de valores indenizatórios referentes a períodos anteriores. O Diretor Administrativo complementou que as demonstrações do segundo trimestre não apresentavam fatos inesperados e que, sob o aspecto econômico, a Companhia se mantinha sustentável, com os projetos preservando margens, ainda que reduzidas. Observou que a PRODESP, por sua natureza de empresa estatal, não possui como finalidade a obtenção de margens elevadas junto aos órgãos clientes, exercendo papel de

viabilização de projetos de transformação digital para o Estado, de modo que os resultados obtidos são direcionados novamente a investimentos e ao desenvolvimento de projetos. Na sequência, o Gerente de Controladoria apresentou os **resultados acumulados até julho de 2026** , informando que a receita líquida permanecia aproximadamente 37% superior à realizada em 2025 e 15% acima do orçamento, mantendo tendência semelhante à observada até junho. Durante a análise do resultado, foi destacada a ocorrência de impacto negativo relevante no mês de julho, relacionado, entre outros fatores, ao Histórico Clínico Digital - HCD, projeto para o qual a Companhia já havia incorrido em custos antes da formalização integral da respectiva contratação. O Conselheiro Bruno aprofundou o questionamento sobre o resultado negativo apresentado no mês, observando que o resultado acumulado também deveria ser analisado considerando que parcela relevante do resultado positivo do primeiro trimestre decorrera do reconhecimento de receitas indenizatórias de períodos anteriores. Nesse contexto, questionou a Administração acerca da natureza dos valores relacionados ao HCD, dos custos já incorridos, da possibilidade de recuperação desses montantes e dos riscos associados à execução de projetos antes da existência da correspondente cobertura contratual. Em resposta, o Diretor Administrativo esclareceu que, no caso do HCD, a Companhia vinha suportando custos necessários ao desenvolvimento e à implantação do projeto antes da conclusão da formalização contratual e que, uma vez definida a contratação, o valor disponível não foi suficiente para absorver integralmente os custos já incorridos. Em razão disso, a diferença não recuperável no contrato vigente precisou ser reconhecida contabilmente no resultado, não sendo possível postergar seu reconhecimento para exercícios futuros. O Diretor-Presidente, Sr. Gileno Gurjão Barreto, contextualizou que o HCD constitui projeto estratégico vinculado à implementação de política pública, destinado à disponibilização do histórico clínico digital nos hospitais do Estado, e que, em situações dessa natureza, a Companhia pode ser chamada a iniciar investimentos e mobilizar recursos antes que todas as providências orçamentárias e contratuais do órgão demandante estejam concluídas. Explicou que a velocidade de implantação exigida para determinados projetos de governo nem sempre coincide com o tempo necessário à disponibilização orçamentária e à formalização contratual, o que pode levar a PRODESP, enquanto braço tecnológico do Estado, a antecipar investimentos para viabilizar a política pública. O Sr. Gileno esclareceu que essa circunstância pode produzir desequilíbrio econômico no período inicial do projeto, uma vez que a Companhia incorre nos custos antes da correspondente receita. Ressaltou, entretanto, que a análise não deveria se limitar ao contrato imediatamente subsequente, pois determinados investimentos resultam na criação de produtos e ativos tecnológicos que permanecem na Companhia e podem gerar receitas ao longo de contratações futuras. Assim, embora eventual perda conhecida deva ser contabilmente reconhecida no momento adequado, a Administração busca estruturar as contratações subsequentes de forma a permitir a recuperação gradual dos investimentos e a geração de margem ao longo do ciclo de vida do produto. O Conselheiro Bruno ponderou que, no caso apresentado, a recuperação do investimento não ocorreria no contrato imediatamente formalizado, questionando em que momento e por qual mecanismo a Companhia conseguiria recuperar a perda reconhecida. O Diretor-Presidente confirmou que **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** sendo a expectativa da Administração que, após a implementação e consolidação do HCD, **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** O Sr. Gileno comparou a situação com outros projetos estruturantes desenvolvidos pela Companhia, mencionando experiências em que a PRODESP precisou antecipar investimentos de modernização antes da formalização integral das contratações e da transferência dos respectivos recursos. Explicou que, em projetos vinculados diretamente às políticas públicas e às estratégias de governo, nem sempre é possível aguardar que todos os elementos financeiros e contratuais estejam previamente consolidados, uma vez que uma das funções exercidas pela Companhia é justamente conferir maior velocidade à implementação tecnológica das iniciativas governamentais. O Conselheiro Bruno manifestou preocupação com o risco de a PRODESP realizar investimentos sem garantia de recuperação integral dos valores, ponderando sobre a necessidade de mecanismos que permitissem resguardar a Companhia e seus administradores. Em resposta, o Diretor-Presidente esclareceu que, nas negociações, **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** Ressaltou que essa análise deve considerar não apenas o resultado imediato, mas também o potencial de utilização e geração de receita do produto ao longo dos anos seguintes. O Diretor-Presidente diferenciou, ainda, o caso do HCD

de outras situações já enfrentadas pela Companhia, como as relacionadas à coleta biométrica e à emissão de CNH, nas quais já havia serviço estruturado e fonte de receita existente, tendo ocorrido posteriormente alteração na equação econômico-financeira. No HCD, por sua vez, tratava-se de desenvolvimento e implantação de um novo produto, situação na qual, idealmente, deveria ser possível estabelecer previamente uma curva contemplando investimentos, perdas iniciais, receitas futuras e período de recuperação, embora reconhecesse que essa lógica nem sempre pode ser integralmente aplicada quando se trata de projetos vinculados a políticas públicas. Ao aprofundar o tema, o Sr. Gileno destacou que **sigilo estratégico**

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico Nesse cenário, determinados produtos poderão exigir investimentos prévios da própria Companhia, com recuperação ao longo de contratos de maior duração, lógica mais próxima daquela praticada pelas empresas de tecnologia no mercado. Ressaltou, ainda, a relevância da infraestrutura própria da PRODESP e dos investimentos realizados em segurança e capacidade tecnológica para essa nova estrutura de negócios. No tocante às medidas de mitigação, o Diretor-Presidente reconheceu a pertinência das preocupações apresentadas pelo Conselheiro Bruno e ponderou sobre a conveniência de estabelecer procedimento específico de gestão de riscos para os projetos iniciados sem cobertura contratual, permitindo que essas situações sejam identificadas tempestivamente, dimensionadas e acompanhadas desde o início, com medidas específicas de mitigação. O Diretor Administrativo informou, nesse contexto, que a Companhia já realiza acompanhamento sistemático das situações pendentes, inclusive por meio de reuniões periódicas e mecanismos internos de monitoramento, nos quais são identificados os valores, responsáveis, etapas necessárias à regularização, pendências dos clientes e providências adotadas, com reporte à Administração. A Presidente do Conselho Luzia, questionou, então, qual seria a exposição financeira atual da Companhia a situações dessa natureza. O Sr. Camilo informou que, dentro do montante acompanhado, havia aproximadamente **sigilo estratégico** de faturamentos pendentes, que ainda dependiam de atestação pelos clientes, além de aproximadamente **sigilo estratégico** referentes a serviços sem cobertura contratual e **sigilo estratégico** relacionados a serviços sem contrato, resultando em exposição da ordem de **sigilo estratégico** quanto às duas últimas categorias. O Diretor-Presidente esclareceu que os valores correspondentes aos serviços sem cobertura contratual ou sem contrato já possuíam custos incorridos e, portanto, constituíam exposição efetiva a ser administrada. A Presidente Conselho Sra. Luzia sugeriu que o Conselho Fiscal passasse a acompanhar especificamente a evolução desse montante, inclusive eventuais novos casos, de modo a permitir a avaliação periódica da exposição e das providências adotadas para sua regularização. A Presidente do Conselho Luzia questionou, ainda, se as negociações para regularização dessas situações eram iniciadas imediatamente, sem aguardar a conclusão dos projetos, ao que o Diretor-Presidente esclareceu que as tratativas são permanentes. Observou, contudo, que, em determinadas situações, o gestor do órgão cliente não consegue formalizar a contratação antes de possuir a correspondente garantia orçamentária, enquanto a PRODESP, por sua função de braço tecnológico do Estado, pode ser demandada a avançar na execução do projeto para viabilizar determinada política pública. A Presidente do Conselho Luzia questionou também acerca das diferenças de responsabilidade e de risco entre a PRODESP e as Secretarias de Estado. O Sr. Gileno esclareceu que a PRODESP é uma empresa pública de direito privado, sujeita a regime jurídico próprio das empresas estatais, e que os investimentos e eventuais perdas da Companhia devem ser devidamente reconhecidos, justificados e submetidos às instâncias de governança e aos órgãos de controle. Ressaltou, portanto, a importância de que as decisões empresariais estejam devidamente fundamentadas e documentadas. Na mesma linha, diante da preocupação externada pelo Conselheiro Bruno quanto aos riscos decorrentes de mudanças de gestores ou de governo, o Diretor-Presidente enfatizou a necessidade de manutenção de documentação robusta das decisões e tratativas, contemplando justificativas, autorizações, alçadas, deliberações dos órgãos competentes e demais elementos capazes de demonstrar as circunstâncias e fundamentos das decisões adotadas pela Administração. Destacou a importância da preservação da memória institucional, inclusive para eventual processo de transição de gestão. Na sequência, o Sr. Glauber apresentou a posição dos investimentos, registrando acréscimo de aproximadamente **sigilo estratégico** em julho e montante acumulado de cerca de **sigilo estratégico** nos sete primeiros meses do ano, concentrado especialmente na infraestrutura da Diretoria de Operações. Quanto às Contas a Receber, destacou como fato positivo o recebimento de valores indenizatórios da Secretaria da Educação que permaneciam pendentes havia período significativo, reduzindo substancialmente o respectivo saldo. **sigilo estratégico**

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico Ao passar à análise do Fluxo de Caixa, a Presidente do Conselho Luzia manifestou preocupação quanto à sustentabilidade financeira da Companhia no médio prazo. Ponderou que, mesmo na hipótese de recuperação dos valores atualmente pendentes, permanecia a necessidade de avaliar se o caixa conseguiria se sustentar estruturalmente, considerando que a recuperação integral dos recebíveis poderia demandar período significativo. Em resposta, o Sr. Gileno esclareceu que sigilo estratégico

sigilo estratégico

Explicou que o problema de caixa também refletia a transformação estrutural ocorrida na PRODESP nos últimos anos, período em que a Companhia ampliou sua estrutura, realizou investimentos relevantes e passou a suportar custos mais elevados, especialmente relacionados à segurança e à infraestrutura tecnológica. O Diretor-Presidente acrescentou que parte dessa nova estrutura de custos ainda não estava integralmente refletida nos contratos vigentes, uma vez que muitos deles se encontravam em processo de renovação ou repactuação. Informou que sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico Ressaltou, nesse contexto, a existência de dois desafios: um imediato, relacionado à regularização do caixa e recuperação dos valores pendentes, e outro de natureza estrutural, relacionado à adequação das receitas e dos contratos à nova estrutura de custos da Companhia. Avaliou que a recuperação dos valores atualmente trabalhados permitiria restabelecer nível mais adequado de liquidez e que outros recebíveis, inclusive indenizatórios, constituíam alavancas adicionais para melhoria da situação financeira. Sob o aspecto econômico e patrimonial, entretanto, afirmou considerar adequada a estrutura de balanço da Companhia, inclusive quando comparada a outras empresas públicas e privadas do setor, sendo o principal problema atual de natureza financeira e de liquidez no curto prazo. O Sr. Glauber informou que, descontados aproximadamente sigilo estratégico de fornecedores a pagar, o caixa ao final de julho situava-se em aproximadamente sigilo estratégico sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico Diante da preocupação manifestada pela Presidente do Conselho Luzia, o Diretor-Presidente reconheceu a conveniência de formalizar um plano específico para recuperação e sustentabilidade do caixa, consolidando as ações que já vinham sendo conduzidas pela Administração. Sugeriu que o documento apresentasse, de forma objetiva, as medidas a serem adotadas, os respectivos responsáveis, programas e ações, bem como mecanismos de acompanhamento e prestação de contas,

permitindo ao Conselho Fiscal verificar periodicamente a evolução da situação financeira. A Presidente do Conselho Luzia concordou com a proposta, destacando que a formalização permitiria ao Colegiado acompanhar as providências e contribuir, dentro de suas atribuições, para a solução do problema. Após os esclarecimentos prestados e as discussões realizadas, os membros do Conselho Fiscal revisaram as Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao segundo trimestre de 2026 e tomaram ciência do Relatório da Auditoria Externa, emitido sem ressalvas, com ênfase relacionada às transações com partes relacionadas, bem como dos resultados acumulados até julho de 2026, da posição dos investimentos, das Contas a Receber e do Fluxo de Caixa da Companhia, registrando especial atenção aos impactos decorrentes do projeto Histórico Clínico Digital - HCD, à exposição decorrente de serviços prestados sem cobertura contratual ou sem contrato formalizado, à recuperação dos créditos pendentes perante os órgãos clientes e à situação de liquidez da Companhia. Em decorrência das discussões, o Colegiado recomendou: (i) o acompanhamento periódico dos valores referentes aos serviços prestados sem cobertura contratual ou sem contrato formalizado, atualmente da ordem de **sigilo estratégico** incluindo eventuais novos casos, sua evolução e as providências adotadas para regularização e recuperação dos respectivos valores; (ii) a avaliação da instituição de procedimento específico de gestão de riscos para projetos iniciados ou executados sem cobertura contratual, de modo a identificar tempestivamente a exposição da Companhia e estabelecer medidas de mitigação e acompanhamento; (iii) o reforço da formalização e da documentação das decisões, autorizações e tratativas relacionadas a projetos estratégicos e políticas públicas que impliquem antecipação de investimentos pela Companhia; **sigilo estratégico**

sigilo estratégico

sigilo estratégico e (v) a apresentação ao Conselho Fiscal de plano formal de recuperação e sustentabilidade do caixa, contemplando as principais medidas, responsáveis, prazos, metas e evolução dos resultados, para acompanhamento periódico pelo Colegiado. Nada mais havendo a esclarecer sobre o item, os membros do Conselho Fiscal registraram ciência das informações apresentadas, com as recomendações e solicitações de acompanhamento acima consignadas agradecendo a apresentação dos Srs. Camilo Cogo Cavalcanti e Sr. Glauber Aleixo Frediani.

3. Ciência da apresentação específica acerca dos fluxos, procedimentos, controles internos e mecanismos de diligência aplicáveis às parcerias, acordos e negócios estratégicos da Companhia, abrangendo os critérios de avaliação de parceiros, gestão de riscos e instrumentos de governança utilizados nesses processos - Gerência de Negócios, Acordos e Contratos Estratégicos (Solicitação na RO n° 007-2026, de 16/06/2026)

O Sr. Fábio Moreth, Gerente de Negócios, Acordos e Contratos Estratégicos, acompanhado do Diretor-Presidente, apresentou aos membros do Conselho Fiscal os fluxos, procedimentos, controles internos, critérios de avaliação de parceiros, gestão de riscos e mecanismos de governança aplicáveis às parcerias em oportunidades de negócio. O Diretor-Presidente contextualizou que a solicitação formulada anteriormente pelo Conselho decorreu, especialmente, das discussões relacionadas à parceria concebida para o projeto **Muralha Paulista,** que havia sido estruturada sem chamamento público e posteriormente cancelada. Explicou que a finalidade da apresentação era demonstrar ao Conselho o rito e os controles adotados pela Companhia para esse tipo de negócio, bem como esclarecer as diferenças entre uma parceria fundada no art. 28 da Lei nº 13.303/2016 e uma contratação licitatória tradicional. O Conselheiro Bruno observou que a intenção do Conselho não era analisar exclusivamente o caso do Muralha Paulista, mas compreender de forma mais abrangente a atuação da área responsável pelas contratações e parcerias estratégicas, inclusive seus indicadores de desempenho. Em resposta, o Diretor-Presidente esclareceu que a avaliação da área não se baseia predominantemente na quantidade de parcerias realizadas, mas na qualidade das oportunidades desenvolvidas. O Gerente Fábio Moreth acrescentou que a área possui indicadores vinculados à prospecção tecnológica, acordos de produtos e serviços e celebração de parceria no exercício. O apresentador explicou que a parceria em oportunidade de negócio é aplicável a oportunidade definida e específica, envolvendo a associação de competências da Prodesp e do parceiro para desenvolvimento ou exploração de determinada solução. Informou que, quando houver mais de um potencial parceiro capaz de atender à oportunidade, a prática predominante da Companhia é realizar chamamento público, com seleção baseada, em grande parte, na melhor proposta técnica. A não realização do chamamento é tratada como exceção e depende da demonstração de diferencial competitivo, característica singular ou condição de mercado incomparável do parceiro. Durante a discussão, o Diretor-Presidente utilizou o caso do Muralha Paulista para exemplificar as razões que haviam levado à

contratação sem chamamento, destacando os diferenciais tecnológicos identificados à época e sigilo estratégico sigilo estratégico Foi esclarecido, ainda, que as análises realizadas antes da formalização da parceria abrangem viabilidade técnica, análise de mercado, viabilidade econômico-financeira e análise de riscos, sendo elaborados Relatório de Justificativa, Resumo Executivo, Plano de Negócio e matriz de riscos. O Diretor-Presidente ressaltou que a análise econômico-financeira é estruturada como verdadeiro business case, contemplando receitas, custos, investimentos, curva de retorno e divisão de riscos e benefícios entre os parceiros. Ao tratar dos critérios para dispensa de chamamento, a Administração destacou que declarações de propriedade intelectual ou documentos semelhantes não são suficientes, isoladamente, para concluir pela inexistência de concorrentes. Informou que a Companhia realiza análise adicional do mercado e, em situação de dúvida quanto à exclusividade ou diferenciação efetiva, opta pelo chamamento público. Foi informado que a Prodesp possuía quatro processos de parceria em andamento e que recentes manifestações do Tribunal de Contas vêm contribuindo para o aperfeiçoamento dos respectivos instrumentos, tendo a Administração incorporado às novas parcerias as recomendações e orientações emitidas pelo órgão de controle. O Diretor-Presidente ponderou, contudo, que o aperfeiçoamento dos controles não deveria descaracterizar o instituto da parceria a ponto de transformá-lo em procedimento licitatório convencional. Comentou, ainda, a possibilidade de realização futura de seminário ou iniciativa de capacitação envolvendo órgãos de controle e áreas técnicas, com a finalidade de ampliar a compreensão sobre as características próprias das parcerias previstas na Lei das Estatais. O Conselheiro Bruno considerou que as parcerias podem assumir papel estratégico cada vez mais relevante para a Prodesp, especialmente diante da crescente complexidade tecnológica e da necessidade de associação com empresas privadas, desde que a Companhia agregue valor às soluções e preserve os controles e salvaguardas necessários. Na sequência, foram apresentados os mecanismos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica dos parceiros, além dos procedimentos de acompanhamento da execução, gestão colegiada, segregação de funções, fiscalização, auditorias técnicas, formalização das prorrogações e transparência dos documentos. Ao final, o Diretor-Presidente informou existir uma apresentação complementar, mais detalhada, contendo os dispositivos regulamentares e os três fluxos de processo aplicáveis às parcerias, propondo sua inclusão na documentação da reunião. Os Conselheiros concordaram com a providência. Por fim, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência dos fluxos, procedimentos, controles internos e mecanismos de diligência aplicáveis às parcerias, acordos e negócios estratégicos da Companhia, bem como dos critérios de escolha de parceiros, gestão de riscos e instrumentos de governança empregados nesses processos, considerando atendida a solicitação formulada na RO nº 007/2026 e agradeceram aos Srs. Gileno Gurjão e Fabio Moreth pela exposição do tema.

4. Apresentação específica sobre a estrutura operacional do Programa Poupatempo - (Solicitação na RO n° 008-2026, de 21/07/2026)

O Sr. Carlos Henrique Netto Vaz, Diretor de Serviços ao Cidadão, acompanhado do Sr. César Giavarotti, Superintendente do Poupatempo, apresentou aos membros do Conselho Fiscal panorama detalhado da **estrutura operacional do Programa Poupatempo,** em atendimento à solicitação formulada pelo Colegiado na Reunião Ordinária nº 008/2026, abordando a evolução da rede de atendimento, sua distribuição territorial, dimensionamento da força de trabalho, modelo contratual, indicadores de desempenho, mecanismos de controle e fiscalização, iniciativas de transformação digital e perspectivas para a operação. Inicialmente, o Sr. Carlos Vaz contextualizou a dimensão atual da operação, que realiza cerca de **50 a 60 mil atendimentos presenciais por dia,** destacando que, embora a estratégia de transformação digital tenha como objetivo reduzir gradativamente a necessidade de comparecimento físico dos cidadãos, a demanda presencial permanece elevada, especialmente em razão da expansão da emissão da nova Carteira de Identidade Nacional e de exigências de identificação para determinados serviços públicos. Informou que a atual gestão buscou aumentar a eficiência operacional da rede e que, mesmo com a ampliação do número de unidades, foi possível reduzir significativamente o contingente de trabalhadores envolvidos na operação. O Sr. César apresentou breve contextualização histórica do Programa, criado em 1997 com o propósito de simplificar e concentrar a prestação de serviços públicos ao cidadão, destacando sua evolução ao longo de quase três décadas. Informou que, no início da atual gestão, havia aproximadamente **210 unidades, passando a rede para 245 unidades fixas** , distribuídas em **239 municípios**, além de outras modalidades de atendimento, alcançando atualmente os **645 municípios do Estado de São Paulo.** Ressaltou que a ampliação da cobertura ocorreu simultaneamente à racionalização da estrutura operacional, com redução do quantitativo de colaboradores, caracterizando, segundo os apresentadores,

ganho de produtividade e eficiência. Quanto ao modelo de contratação, esclareceu que a licitação realizada em 2025 reorganizou a operação em sete blocos regionais, abrangendo as 16 regiões administrativas do Estado. O novo desenho substituiu a estrutura anterior, caracterizada pela existência de diversos contratos individualizados por posto ou pequenos agrupamentos, permitindo maior padronização, governança contratual e obtenção de ganhos de escala. Foi explicado que os contratos anteriores apresentavam estruturas distintas entre si, inclusive quanto às responsabilidades por manutenção e outros componentes operacionais, situação que foi revista para uniformizar as obrigações das contratadas e aprimorar a competição entre os lotes. Os apresentadores destacaram que o Programa realiza atualmente cerca de 30 milhões de atendimentos presenciais por ano e que, desde sua criação, já foram realizados mais de **950 milhões de atendimentos**, físicos e digitais, com forte crescimento nos últimos três anos. Foi ressaltado que a demanda pela nova identificação civil vem exercendo pressão relevante sobre a rede, chegando, em determinados períodos, a superar a capacidade de produção documental instalada pelo órgão responsável pela emissão, circunstância que evidencia que o aumento da eficiência do atendimento do Poupatempo precisa ser acompanhado pela correspondente capacidade operacional dos órgãos parceiros. Nesse contexto, o Sr. Carlos Vaz explicou as alterações realizadas na jornada de atendimento presencial, especialmente com a implantação de mecanismos de check-in digital. Anteriormente, mesmo o cidadão que possuía agendamento precisava, ao chegar à unidade, passar por nova etapa de recepção e obtenção de senha. Com a revisão do processo, o cidadão passou a chegar à unidade com previsão mais precisa de atendimento, reduzindo filas e etapas intermediárias. Informou que, na Capital e na Grande São Paulo, o tempo de espera se situa, em diversas unidades, entre aproximadamente 7 e 15 minutos, e que as melhorias de processo permitiram elevar a capacidade de atendimento de aproximadamente quatro para cinco atendimentos por hora, representando ganho de produtividade da ordem de 25%. Ressaltou, entretanto, que a melhoria da produtividade na ponta pode gerar pressão sobre outras etapas da cadeia, exemplificando com a produção da documentação de identificação. Informou que a elevada procura pela nova carteira de identidade decorre, entre outros fatores, de sua crescente utilização e exigência em diferentes serviços, devendo a demanda permanecer significativa nos próximos anos. Em relação à transformação digital, informou que estão sendo implantadas novas funcionalidades, inclusive agendamento por WhatsApp e check-in digital, com expectativa de redução adicional da necessidade de mão de obra em determinadas etapas da jornada. Ressalvou, contudo, que parcela da população ainda possui dificuldades de acesso ou utilização dos canais digitais, razão pela qual o Programa precisa preservar atendimento presencial qualificado e estrutura de retaguarda adequada. Foi destacado que, anteriormente, a operação não dispunha de indicadores suficientemente estruturados para medir o tempo de permanência do cidadão, o desempenho de cada jornada e a produtividade das unidades. A partir de 2024, foram implantados indicadores e mecanismos de acompanhamento que permitiram estabelecer parâmetros objetivos de desempenho e comparar as unidades e empresas contratadas. O Sr. César explicou que o novo modelo contratual passou a contemplar indicadores relacionados, especialmente, ao Tempo Médio de Espera - TME, Tempo Médio de Atendimento - TMA e tempo de espera virtual, este último correspondente ao período compreendido entre a realização do agendamento e a efetiva data de atendimento. Com base nesses indicadores, foi criado ranking de desempenho entre as sete empresas responsáveis pelos lotes regionais, permitindo identificar diferenças de performance e exigir providências específicas das contratadas. O Sr. Carlos Vaz acrescentou que a Administração passou a realizar reuniões periódicas com as empresas, inclusive quinzenais, para analisar individualmente o desempenho das unidades, mesas e jornadas de atendimento, identificando pontos que possam estar restringindo a capacidade operacional. Ressaltou que a adoção de mecanismos de comparação entre regiões e contratadas estimulou melhoria de desempenho, refletindo diretamente na redução dos tempos de espera e de atendimento. Nesse processo, foi implantado o Centro de Controle Operacional - CCO, estrutura destinada ao monitoramento da rede em tempo real e à articulação rápida com os órgãos parceiros. Segundo informado, o CCO acompanha continuamente a operação e produz aproximadamente 4 mil alertas de monitoramento, possibilitando atuação tempestiva diante de indisponibilidades sistêmicas, problemas nas unidades ou situações capazes de afetar o atendimento. O Sr. Carlos Vaz explicou que o monitoramento permite, inclusive, interação imediata com a Diretoria de Operações da PRODESP quando há indisponibilidade dos sistemas, estabelecendo-se prazos para restabelecimento dos serviços e escalonamento da ocorrência quando necessário. Ressaltou que, diante do volume anual de aproximadamente 30 milhões de atendimentos, o número de cidadãos dispensados por problemas operacionais é proporcionalmente reduzido, mas permanece objeto de acompanhamento, tendo em vista o impacto direto dessas ocorrências sobre o usuário do serviço público. Na apresentação dos indicadores de qualidade, o Sr. César destacou os resultados obtidos no sistema de avaliação direta do cidadão, denominado Sintonia, com **índice de satisfação próximo de 98,85%,** resultado compatível com as avaliações obtidas em pesquisa externa

contratada e auditada. Foram apresentados, ainda, os resultados relativos ao tempo médio de espera, segmentados conforme o porte das unidades, observando-se que mesmo nas unidades de maior demanda, concentradas especialmente na Capital e Região Metropolitana, o tempo médio permanece em patamar considerado adequado. Também foram apresentados indicadores relacionados à percepção externa do Programa, destacando-se a evolução da reputação do Poupatempo no Reclame Aqui, que passou de aproximadamente 7,6 para 8,9, além do reconhecimento obtido no Prêmio iBest. Foi informado que, em 2025, o Programa alcançou reconhecimento tanto na avaliação técnica quanto na votação popular, circunstância considerada relevante por demonstrar a percepção positiva do cidadão acerca dos serviços prestados. Quanto à governança e fiscalização dos contratos, o Sr. César informou que a licitação realizada em 2025 foi integralmente aprovada pelo Tribunal de Contas, sem recomendações de melhoria, e destacou o fortalecimento dos mecanismos internos de fiscalização. Relatou a realização de verificações periódicas nas unidades, abrangendo estrutura, quantitativo de pessoal, uniformes, cumprimento das obrigações contratuais e demais aspectos da operação. Também foram apresentados indicadores internos de gestão administrativa, inclusive relativos à tramitação de processos no SEI, tendo sido estabelecida meta para que pelo menos 80% dos processos não permanecessem paralisados por período superior a três dias, sendo informado resultado de aproximadamente 87,4%, superior à meta estabelecida. Na sequência, o Diretor-Presidente, Sr. Gileno Gurjão Barreto, complementou a apresentação abordando a utilização das unidades móveis do Poupatempo. Informou que duas carretas anteriormente inoperantes foram reformadas e reativadas, passando a percorrer o Estado, especialmente municípios sem unidades fixas, para realização de mutirões e apoio a ações de outras Secretarias e programas estaduais. Destacou que a solução possui custo operacional relativamente reduzido, especialmente porque as estruturas já foram recuperadas e contam com recursos de conectividade, permitindo ampliar temporariamente a presença do Programa conforme as necessidades regionais. O Diretor-Presidente ressaltou que a evolução do Poupatempo nos últimos anos decorreu fundamentalmente da introdução de gestão, mensuração, fiscalização e cobrança de desempenho. Recordou que, em 2022, muitos dos indicadores atualmente utilizados sequer estavam disponíveis, dificultando a gestão objetiva da operação. Segundo explicou, a expansão acelerada da rede ocorrida em períodos anteriores também havia produzido estruturas contratuais heterogêneas, com diferenças relevantes entre regiões e unidades. A atual Administração promoveu, portanto, processo de reorganização e saneamento, uniformizando responsabilidades contratuais e fortalecendo os controles. O Sr. Gileno destacou, ainda, o aprimoramento da fiscalização das obrigações das empresas responsáveis pelos lotes, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados terceirizados e subcontratados. Informou que anteriormente não havia fiscalização sistemática dessa dimensão e que a implantação de auditoria permanente contribuiu para reduzir substancialmente o passivo trabalhista decorrente das empresas contratadas. Durante as discussões, foi formulado questionamento acerca da existência de demanda política pela abertura de novos postos, considerando, simultaneamente, a tendência de redução da necessidade de atendimento presencial em decorrência da transformação digital, bem como se haveria plano de expansão da atual rede. Em resposta, foi esclarecido que a Administração não pretende promover expansão indiscriminada do número de unidades. Reconheceu-se que, em períodos anteriores, a rede cresceu de maneira significativa e que determinadas localidades podem possuir estrutura física superior à necessidade atual. A estratégia adotada, entretanto, não foi simplesmente fechar unidades, mas administrar o mix de atendimento, reduzindo estruturas onde havia capacidade excedente e reforçando aquelas em que a demanda justificava maior presença. Foi destacado que a Capital constitui atualmente o principal ponto de atenção territorial, apresentando necessidade de melhoria da capacidade de atendimento quando comparada ao interior do Estado. Ao mesmo tempo, a tendência observada é de redução gradual da utilização das unidades físicas e crescimento dos serviços digitais, circunstância que deve ser considerada nas decisões futuras sobre expansão da rede. Os apresentadores esclareceram que, diante dessa tendência, uma das estratégias para preservar a sustentabilidade e a utilização da estrutura existente consiste na incorporação de novos parceiros e serviços ao Poupatempo, citando a entrada recente da Sabesp e da Polícia Federal, além da possibilidade de incorporação de outros serviços. Foi ressaltado que essa estratégia permite aproveitar a capacidade instalada da rede e ampliar a oferta de serviços ao cidadão sem necessariamente criar novas unidades físicas. Após os esclarecimentos prestados e as discussões realizadas, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência da apresentação específica sobre a estrutura operacional do Programa Poupatempo, registrando a evolução verificada na gestão da rede, especialmente quanto à ampliação da cobertura territorial, racionalização da força de trabalho, reorganização e padronização dos contratos em lotes regionais, implantação de indicadores de desempenho, fortalecimento da fiscalização contratual, criação do Centro de Controle Operacional, melhoria dos tempos de atendimento e dos índices de satisfação dos cidadãos e avanço das iniciativas de transformação digital. O Colegiado registrou,

ainda, a importância de que a Administração continue acompanhando a evolução da demanda presencial em contraposição ao crescimento dos serviços digitais, de modo a subsidiar o dimensionamento adequado da rede física, especialmente na Capital, bem como a conveniência de priorizar a otimização e o melhor aproveitamento da estrutura existente antes de eventual expansão de novas unidades, inclusive mediante a incorporação de novos órgãos, parceiros e serviços ao Programa. Por fim, o Conselho Fiscal registrou ciência das informações e dos esclarecimentos prestados, considerando atendida a solicitação formulada na Reunião Ordinária nº 008/2026 quanto à apresentação específica da estrutura operacional do Programa Poupatempo, agradecendo a participação dos Srs. Carlos Henrique Netto Vaz e César Giavarotti.

5. Ciência da atualização específica sobre as providências adotadas, as medidas implementadas e a evolução das ações destinadas ao tratamento dos achados de auditoria relativos à ausência de redundância de backups e à ausência de política formalizada de gestão de acessos. (Solicitação na RO n° 008-2026, de 21/07/2026)

A Sra. Renata Avigro Rosa, Gerente de Auditoria, apresentou aos membros do Conselho Fiscal atualização sobre os planos de ação decorrentes de achados de auditoria sob responsabilidade da Diretoria de Operações, em atendimento à solicitação formulada pelo Colegiado na Reunião Ordinária nº 008/2026. Informou que permaneciam dez planos de ação em atraso no âmbito daquela Diretoria, além de outros classificados como de risco alto que haviam ingressado recentemente no acompanhamento, ressaltando que os casos com atraso inferior a 30 dias ainda não eram considerados críticos pela Auditoria. Esclareceu que, conforme solicitado pelo Conselho, a apresentação seria concentrada especificamente nos achados relativos à **ausência de redundância de backups** e à **política de gestão de acessos,** cabendo ao Sr. Ricardo Cezar de Moura Jucá, Diretor de Operações, detalhar as providências adotadas e o estágio atual das ações. O Sr. Ricardo iniciou pela questão da redundância de backups, esclarecendo que os planos de ação originalmente formulados estavam relacionados à implantação de um site de Disaster Recovery - DR, concebido para possibilitar a replicação da infraestrutura do data center da PRODESP em ambiente distinto e assegurar a continuidade e recuperação das operações em situação de contingência. Contextualizou que, em 2023, havia sido estabelecida estratégia baseada em investimento de capital - CAPEX, mediante construção de uma infraestrutura própria de DR em outro local físico. Posteriormente, diante das dificuldades relacionadas à disponibilidade de local adequado e à própria evolução da estratégia tecnológica, o modelo foi revisto, passando-se a estudar a contratação do ambiente de Disaster Recovery como serviço. Para tanto, foram realizadas consultas ao mercado e identificados potenciais fornecedores, porém **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** Diante da impossibilidade de implantação imediata do ambiente completo de Disaster Recovery, a Diretoria de Operações identificou como medida mínima e prioritária de mitigação a necessidade de implementação de uma estratégia de backup off-site, de modo que, além das cópias mantidas no próprio data center da PRODESP, houvesse uma cópia dos dados armazenada fisicamente fora daquele ambiente. O Diretor informou que foi realizada nova consulta ao mercado e posteriormente contratada a IBM para prestação do serviço de backup off-site, tendo o projeto como objetivo armazenar aproximadamente 4,5 petabytes de dados em nuvem, aumentando a resiliência da infraestrutura e a capacidade de recuperação de informações críticas da Companhia. Informou que o projeto já se encontrava em execução e que as cargas da denominada plataforma baixa já estavam sendo progressivamente incorporadas ao ambiente externo de backup. Quanto à plataforma alta, esclareceu que a implementação apresentou maior complexidade técnica em razão da coexistência de ambientes distintos de mainframe na PRODESP, especificamente IBM e Unisys, com diferentes tecnologias de armazenamento. **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** Relatou que, para o ambiente do mainframe IBM, foi desenvolvida e concluída prova de conceito – POC, com o fornecedor, permitindo avançar para o início da cópia dos dados para o ambiente off-site. Dessa forma, a previsão era de que, no mês de agosto, também fosse iniciado o backup externo das cargas do mainframe IBM. O Diretor chamou atenção, contudo, para **sigilo estratégico** Explicou que havia projeto de downsizing e rightsizing destinado à migração de cargas relevantes do ambiente Unisys para o mainframe IBM, porém o cronograma dessa migração sofreu impactos de outros projetos prioritários, entre eles as adaptações dos sistemas para implementação do CNPJ alfanumérico, **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** O Sr. Ricardo registrou, de forma expressa, que **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** razão pela qual a Diretoria identificou a necessidade de buscar solução

adicional específica, mediante contratação de arquitetura compatível que permita também realizar o backup off-site das cargas mantidas naquele ambiente. Esclareceu, portanto, que o risco havia sido parcialmente mitigado, mas sigilo estratégico

sigilo estratégico sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico

sigilo estratégico Na sequência, o Diretor de Operações tratou dos achados relacionados às **políticas e normas de segurança da informação e gestão de acessos.** Explicou que o trabalho envolvia, essencialmente, a revisão da **Política de Segurança da Informação** e da **Política de Gestão de Acessos,** além das normas e procedimentos delas decorrentes. Relatou que, ao assumir a Diretoria de Operações, realizou revisão do texto então existente da Política de Segurança da Informação e identificou quantidade significativa de pontos que demandavam aperfeiçoamento. As alterações foram inicialmente encaminhadas para incorporação pela área responsável e posterior retomada do fluxo interno de aprovação. Entretanto, ao acompanhar a evolução do trabalho, verificou que os ajustes não haviam sido implementados conforme solicitado, razão pela qual decidiu assumir diretamente a condução da revisão. O Sr. Ricardo avaliou que o conteúdo até então tratado era insuficiente diante do porte, da responsabilidade e do nível de investimento em segurança realizado pela PRODESP, passando, portanto, a trabalhar em uma formulação mais abrangente. Informou que o novo texto se encontrava em fase final e deveria ingressar, nos dias seguintes, no fluxo interno de aprovação, para posterior submissão ao Conselho de Administração. Explicou, ainda, que a revisão da Política de Segurança da Informação passou a ser estruturada conjuntamente com um Plano Diretor de Segurança da Informação, destinado a traduzir as diretrizes estratégicas da política em planejamento efetivo de implementação. Segundo esclareceu, a política estabelece as diretrizes gerais que devem nortear a atuação da Companhia, enquanto o Plano Diretor deverá demonstrar como e em que momento as diferentes medidas serão implementadas, possibilitando, inclusive, o acompanhamento da evolução das ações pela Auditoria. Quanto às normas complementares vinculadas à política e aos planos de ação de auditoria, informou que passaram por sucessivas revisões para compatibilização entre si e com a própria política, havendo expectativa de que o respectivo cronograma estivesse concluído até o final de agosto de 2026. O Diretor reconheceu que os planos já haviam sofrido repactuação anterior, inclusive com previsão de conclusão até dezembro do exercício anterior, mas explicou que, durante a revisão, foram identificadas inconsistências entre as normas operacionais e as diretrizes constantes da política. Dessa forma, foi necessário promover uma recompatibilização do conjunto normativo, evitando que fossem aprovadas normas e políticas com comandos divergentes ou desconectados entre si. Ao abordar a atualização normativa, o Sr. Ricardo destacou também a necessidade de compatibilização com a **Política de Inteligência Artificial**, considerando que o uso de ferramentas de IA introduz novos riscos relevantes para a segurança da informação. sigilo estratégico

sigilo estratégico Assim, entendeu-se necessário que as políticas de Segurança da Informação, Gestão de Acessos e Inteligência Artificial fossem construídas de maneira coerente e integrada, evitando lacunas normativas justamente em tema que se tornou central para a segurança tecnológica. O Diretor-Presidente, Sr. Gileno Gurjão Barreto, complementou os esclarecimentos, fazendo uma distinção quanto ao papel da Política de Segurança da Informação e do Plano Diretor de Segurança da Informação. Ressaltou que a política possui natureza estratégica e macro, sendo matéria submetida à aprovação do Conselho de Administração e integrante da própria estrutura de governança prevista para as empresas estatais. Assim, ponderou que não seria adequado afirmar propriamente que a política não poderia ser implementada; a questão central seria assegurar que suas diretrizes estratégicas não permanecessem desacompanhadas de instrumentos concretos de execução. Nesse sentido, o Sr. Gileno explicou que a elaboração do Plano Diretor se mostrou necessária justamente para conferir materialidade à política. A política deve estabelecer diretrizes em nível estratégico, sem descer excessivamente ao detalhamento operacional, pois isso faria com que o Conselho de Administração passasse a deliberar sobre matérias próprias da gestão da Companhia. O Plano Diretor, por sua vez, permitirá demonstrar quais iniciativas concretas serão realizadas, os respectivos momentos de implementação e a forma pela qual as diretrizes estratégicas serão efetivamente traduzidas em ações. O Diretor-Presidente ressaltou que essa estrutura também permitirá ao Conselho de Administração avaliar adequadamente se a Política de Segurança da Informação é suficiente e consistente, pois, sem o Plano Diretor, determinadas matérias poderiam

aparentar estar ausentes da política quando, na realidade, deveriam estar disciplinadas no nível executivo e operacional. Assim, a intenção é que a política permaneça em nível estratégico e que o Plano Diretor evidencie o alcance, a sequência e o momento de implementação das ações, evitando discussões prolongadas sobre matérias que não devem integrar o texto da política propriamente dita. Durante as discussões, o Conselheiro Bruno questionou objetivamente quando a política e os respectivos planos estariam aprovados. Em resposta, o Sr. Ricardo informou que a expectativa era concluir os trabalhos até o final de agosto e que, em setembro de 2026, as políticas deveriam estar em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração. Considerando a relevância e a complexidade da matéria, os membros do Conselho Fiscal solicitaram que as políticas sejam previamente apresentadas ao Colegiado, antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, de modo a possibilitar o conhecimento e a apreciação antecipada de seu conteúdo. Registrou-se, por fim, que a competência para aprovação da Política de Segurança da Informação é do Conselho de Administração. Após os esclarecimentos prestados e as discussões realizadas, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência da atualização apresentada sobre as providências adotadas para tratamento dos achados de auditoria relativos à ausência de redundância de backups e à ausência de política formalizada de gestão de acessos, registrando que, quanto à redundância, foi implementada solução de backup off-site, com armazenamento em nuvem, já em execução para a plataforma baixa e em processo de implantação para o mainframe IBM, **sigilo estratégico** **sigilo estratégico** Quanto às políticas e normas de Segurança da Informação e Gestão de Acessos, o Colegiado tomou ciência de que os documentos se encontram em processo de revisão e compatibilização, conjuntamente com a elaboração do Plano Diretor de Segurança da Informação e a necessária integração com a Política de Inteligência Artificial, estando prevista a conclusão dessa etapa até o final de agosto e a subsequente submissão das políticas ao Conselho de Administração, estimada para setembro de 2026. O Conselho Fiscal registrou a necessidade de continuidade do acompanhamento dos respectivos planos de ação pela Auditoria Interna, especialmente quanto: (i) à efetiva implantação do backup off-site para o mainframe IBM; (ii) à definição e implementação de solução de redundância para o ambiente mainframe Unisys, enquanto não concluída sua migração; (iii) à conclusão e formalização da Política de Segurança da Informação, da Política de Gestão de Acessos e das respectivas normas complementares; e (iv) à consolidação do Plano Diretor de Segurança da Informação, de forma a permitir o acompanhamento dos prazos e das ações destinadas à implementação das diretrizes estabelecidas nas políticas. Por fim, o Colegiado registrou ciência dos esclarecimentos prestados e determinou a manutenção do acompanhamento dos achados e respectivos planos de ação até sua efetiva conclusão, considerando parcialmente atendida a solicitação formulada na RO nº 008/2026, tendo em vista a existência de providências ainda em implementação, especialmente no que se refere à **sigilo estratégico** e à conclusão do processo de formalização e aprovação das políticas e normas correlatas.

6. Acompanhamento do relatório de Ouvidoria, 2º trimestre 2026 - (atendimento ao item 8.2 do planejamento anual do CF)

Considerando o material previamente disponibilizado aos membros e diante da necessidade de otimização do tempo da reunião, foi acordado que os itens de acompanhamento recorrente somente seriam objeto de apresentação oral caso houvesse questão crítica a ser destacada pela respectiva área. Não tendo sido apontada questão crítica relativa à matéria, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência do Relatório de Ouvidoria referente ao 2º trimestre de 2026, sem recomendações adicionais nesta oportunidade.

7. Ciência do relatório das denúncias da área de Corregedoria, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração, 2º trimestre 2026 - (atendimento ao item 8.2 do planejamento anual do CF)

Adotado o mesmo procedimento quanto aos materiais recorrentes previamente disponibilizados, e não tendo sido apontada questão crítica para apresentação específica, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência do relatório das denúncias da Corregedoria e das ações disciplinares adotadas pela Administração no 2º trimestre de 2026, sem recomendações adicionais nesta oportunidade.

8. Ciência da situação dos Processos Judiciais da Companhia e do Tribunal de Contas do Estado (TCESP), 2º trimestre 2026 - (atendimento ao item 5.8 e 10.1 do planejamento anual do CF)

Com base no material disponibilizado previamente e não tendo sido registrada questão crítica que demandasse apresentação específica, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência da situação dos processos judiciais da Companhia e dos processos perante o Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo - TCESP, referentes ao 2º trimestre de 2026, sem recomendações adicionais nesta oportunidade.

9. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do Plano de Trabalho CF)

A Assessora do Escritório de Governança informou aos membros do Conselho Fiscal que, no período de referência, não houve fatos relevantes a serem comunicados ao mercado.

10. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade - (atendimento ao item 11.2 do Plano de Trabalho do CF)

Com base no material disponibilizado previamente e não tendo sido registrada questão crítica que demandasse apresentação específica, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade, sem recomendações adicionais nesta oportunidade.

11. Acompanhamento das Demandas (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal

a. Atualização da evolução da regularização das pendências financeiras junto ao "Detran" (acompanhamento periódico)

O material contendo a atualização da evolução das providências para regularização das pendências financeiras junto ao DETRAN foi previamente disponibilizado aos membros do Conselho Fiscal para conhecimento e acompanhamento, tendo o Colegiado tomado ciência das informações, sem ressalvas.

b. Acompanhamento do Projeto "Motor Biométrico" e "Coleta Biométrica" - (acompanhamento periódico)

Da mesma forma, o material contendo a atualização dos Projetos "Motor Biométrico" e "Coleta Biométrica" foi previamente disponibilizado aos membros do Conselho Fiscal para conhecimento e acompanhamento, tendo o Colegiado tomado ciência das informações, sem ressalvas.

12. Outros assuntos

a) Ciência da eleição dos membros para compor a Diretoria Executiva da Prodesp (Reunião Conselho de Administração nº 993, realizada em 31/07/2026)

A Assessora do Escritório de Governança informou aos membros do Conselho Fiscal sobre a eleição dos membros para composição da Diretoria Executiva da PRODESP, realizada pelo Conselho de Administração em sua Reunião nº 993, de 31 de julho de 2026.

Encerramento

Não havendo outros assuntos a serem tratados e tendo sido esgotada a pauta do dia, a reunião foi encerrada. Eu, Sandra Marinalva da Silva Soares, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Senhores membros do Conselho Fiscal.

Taboão da Serra, 18 de agosto de 2026.

LUZIA VALÉRIA SARNO

Presidente do Conselho Fiscal

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS

Membro do Conselho Fiscal

BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS

Membro do Conselho Fiscal

RODRIGO FONTENELLE DE ARAÚJO MIRANDA

Membro do Conselho Fiscal

LUCIANO GARCIA MIGUEL

Membro do Conselho Fiscal

SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES
Assessora do Escritório de Governança e
Secretária da Reunião

Documento assinado eletronicamente por **Sandra Marinalva Silva Soares**, **Assessor**, em 11/09/2026, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Luciano Garcia Miguel**, **Diretor Geral**, em 11/09/2026, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda**, **Controlador Geral do Estado**, em 11/09/2026, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Cesar De Oliveira Viegas**, **Controlador Geral do Estado Executivo**, em 11/09/2026, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Santos Abreu Caligaris**, **Assessor Especial do Governador**, em 12/09/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Luzia Valéria Sarno**, **Diretor de Tecnologia da Informação**, em 14/09/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0120569836** e o código CRC **B78F95D6**.